

HISTÓRIA CENTENÁRIA DA Faculdade de Ciências Econômicas 1909-2009

GENTIL CORAZZA
Organizador



UFRGS
EDITORA

HISTÓRIA CENTENÁRIA DA
Faculdade de Ciências Econômicas



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lígia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

© dos autores
1ª edição: 2009

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Fernanda Kautzmann
Editoração eletrônica: Luciane Delani

Equipe de pesquisa histórica
Naida Menezes (coordenadora), Clovis Gomes de Oliveira Filho, Denise W. Xavier,
Geórgia S. M. Pinto, Iuri B. Pereira, Leonardo Lima Ferreira, Maria Elisa Swarowsky
Lisboa, Séfora Bertoldi e Wagner Luís das Neves Teixeira.

H673 História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009 /
[organizado por] Gentil Corazza. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
288 p. : il. ; 16x23cm

Prefácio de Hélio Henkin, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS.

Introdução de Gentil Corazza.

Inclui no anexo lista de diretores, professores, servidores técnico-administrativos
e alunos da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e Documentos
históricos.

1. Faculdades de Ciências Econômicas – UFRGS - História. 2. Ciências Econômicas – UFRGS – Currículo. 3. Contabilidade – Ensino – Rio Grande do Sul. 4. Ciências Atuariais – Evolução – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. 5. Administração – Ensino – Rio Grande do Sul. 6. IEPE – Pesquisa – Pós-graduação. 7. PGDR – Trajetória – Economia – Desenvolvimento rural. 8. Economia – Pós-graduação. 9. Biblioteca – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. 10. Movimento estudantil – História. 11. Lideranças – Vida pública – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. I. Corazza, Gentil.

CDU 33(091):378UFRGS

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0077-0

Evolução do currículo de Ciências Econômicas

VALMOR MARCHETTI*

Currículo de um curso é termo empregado para designar um percurso a ser feito pelo aluno em seus estudos. Reconhece-se que um currículo, além da dimensão técnica, contém também outras dimensões mais amplas, como a cultural, a política e a econômica. Neste contexto, um currículo reúne “conhecimentos, valores e práticas retirados de uma cultura e tidos como importantes num determinado momento histórico” (Veiga-Neto, 1996, p. 25).

Tais aspectos serão contemplados neste texto, que tem por objetivo analisar a evolução dos cem anos do currículo do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFRGS.

O ensino de Economia, no Brasil, inicia ao ser ministrado nas faculdades de Direito, assim acontecendo quando da criação das faculdades de Direito em Olinda (PE) e em São Paulo no ano de 1827. Era oferecida a disciplina de Economia Política, no quinto ano, e posteriormente, novas disciplinas foram adicionadas, como Ciência das Finanças e Ciências Administrativas (Nery, 2006). Ainda no período do Império, conteúdos de Economia passam a integrar, também, cursos de Engenharia, por serem conhecimento indispensável para avaliação de obras de infraestrutura, como as estradas de ferro que eram construídas naquela época.

Essa prática estendeu-se até 1931, quando o governo federal organizou o ensino comercial, através do decreto federal nº 20.158, de 30 de junho de 1931, facilitando o ensino de disciplinas de Economia desvinculadas das faculdades de Direito ou de Engenharia. O primeiro curso a ser criado, sob a orientação desse decreto, foi o Curso Superior em Administração e Finanças (São Paulo), que formou, em 1935, a primeira turma de economistas da que viria a ser a Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo. Em 1938 era também fundada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas no Rio de Janeiro, por iniciativa do engenheiro Eugênio Gudín, que se tornou influente por sua atuação como economista em diversos cargos públicos e por suas obras de economia, em especial *Princípios de economia monetária*, de 1943.

* **Valmor Marchetti** é formado em Economia pela UFRGS, onde fez também o doutorado. Professor associado do Departamento de Economia da UFRGS desde 1973.

O Estado do Rio Grande do Sul, contudo, antecipou-se ao decreto de 1931 em mais de duas décadas e foi pioneiro na criação de curso superior de comércio, embrião do futuro curso de Ciências Econômicas da UFRGS, ao fundar, em 26 de novembro de 1909, a Escola Superior de Comércio, por iniciativa da Faculdade Livre de Direito. O curso manteve-se anexo à Faculdade de Direito até maio de 1945, quando foi criada a Faculdade de Economia e Administração.

A Universidade não havia sido criada ainda, nessa época, mas já operavam de forma isolada algumas faculdades ou escolas, como a Escola de Farmácia (1895), a Escola de Engenharia (1896), a Faculdade de Medicina (1898), a Faculdade de Direito (1900) e a recém-criada Escola Superior de Comércio (1909).

O currículo do curso de Ciências Econômicas da FCE/UFRGS começa a ser construído na Escola Superior de Comércio, ainda em 1909.

Lembram Fonseca e Carrion (2006, p. 286) a influência exercida pela ideologia positivista, no Rio Grande do Sul, na criação dos cursos superiores, no início do século XX:

Nesse período, era dominante entre as elites gaúchas a ideologia positivista, fato que se refletiu na área educacional do Estado e, por conseguinte, na criação de seus cursos superiores. Inspirados em autores como Comte, Saint Simon e Spencer, os positivistas davam especial importância ao ensino científico e técnico; isso contrastava com a formação tradicional das elites brasileiras, de tradição ibérica, com primazia às disciplinas teóricas e de formação humanística, como Literatura, Línguas, Filosofia, Teologia e Retórica – as quais não só ocupavam largo espaço nos currículos dos cursos superiores, mas também desde as séries iniciais, e que viriam a se consagrar no chamado “Curso Clássico”. Assim, os cursos superiores nasceram no Rio Grande do Sul com este forte viés que hoje se poderia denominar, com certa licenciosidade, de “profissionalizante”.

A obtenção de diploma na Escola Superior de Comércio exigia a realização de dois cursos: o Curso Geral, de três anos, e o Curso Superior, de dois anos. De acordo com o Regulamento da nova Escola, o Curso Geral habilitava para o exercício das funções de guarda-livros, perito judicial e empregos da fazenda. O Curso Superior habilitava para os cargos de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e de grandes empresas comerciais.

O currículo do curso criado em 1909 (Quadro 1) pouco continha de conteúdos de Economia, pois dava ênfase às disciplinas de Direito (quatro disciplinas) e aos idiomas (além de português, havia alemão, inglês, francês, italiano e espanhol).

QUADRO 1 – CURRÍCULO DO CURSO SUPERIOR
DE COMÉRCIO EM 1909

Curso Geral (3 anos)	Curso Superior (2 anos)
<p>1º ano</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Português ⇒ Alemão ⇒ Matemática Elementar ⇒ Estenografia <p>2º ano</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Escrituração Mercantil ⇒ Alemão ⇒ Francês ⇒ Inglês ⇒ Física, Química, História Natural e Merceologia <p>3º ano</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Alemão ⇒ Inglês ⇒ Contabilidade Mercantil ⇒ Noções de Direito Público e Privado 	<p>1º ano</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Geografia e História Comercial e Estatística Comercial ⇒ Contabilidade Mercantil Comparada, ⇒ Bancos, Seguros e Contabilidade do Estado ⇒ Direito Comercial ⇒ Italiano ⇒ Espanhol <p>2º ano</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Economia Política e Ciência das Finanças ⇒ Noções de Direito Internacional, Diplomacia e Correspondência Diplomática, Legislação Consular. ⇒ Matemática Superior Aplicada ao Comércio ⇒ Direito Comercial (Direito Marítimo, Seguros em Geral)

Fonte: Regulamento da Escola de Comércio de Porto Alegre

As transformações que contribuíram para a melhoria do currículo e do ensino de Economia aconteceram posteriormente, mediante saltos qualitativos que contaram com a criação de uma faculdade independente à do Direito e mudanças do currículo como um todo, bem como o aprimoramento contínuo do quadro docente.

Já em 1933, o Curso Geral e o Curso Superior da Escola Superior de Comércio foram substituídos por um Curso Propedêutico, de três anos, e pelo Curso de Contador, também de três anos.

Quando da criação da Universidade de Porto Alegre, em 1934, pelo governador general Flores da Cunha (decreto estadual nº 5.758, de 28 de novembro de 1934), a Escola Superior de Comércio faz parte da novel universidade, mas ainda é mantida anexa à Faculdade de Direito. A Escola oferecia, nessa época, o Curso Técnico de Perito Contador, depois simplesmente Curso de Contador, e o Curso Superior de Administração e Finanças.

O ensino de Economia acompanhou as transformações que foram acontecendo na sociedade. As primeiras alterações de profundidade acontecem em 1945, estimuladas pelo decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro, do governo Vargas, que dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. No Estado do Rio Grande do Sul, por



Diplomados do curso de Economia – turma do ano do cinquentenário (1959).

ocasião desse decreto federal, o governador Ernesto Dornelles já havia criado a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de Porto Alegre, em maio de 1945, desvinculando o curso da Faculdade de Direito. A partir daquele ano, o curso passa a se chamar curso de Ciências Econômicas, tendo quatro anos de duração e conferindo ao graduado o grau de bacharel em Ciências Econômicas.

O currículo do curso já revelava a escolha de maior número de conteúdos dirigidos à Economia, mas continuavam a ter peso as matérias das áreas jurídica, contábil e administrativa (ver no Quadro 2 o currículo de Ciências Econômicas que era oferecido a partir de 1946). A profissão de economista ainda não se desvinculara integralmente das profissões afins de contador e administrador. O curso permitiu forte formação teórica, mas deparava-se, ainda, com outro problema: a falta de professores que, em sua maioria, ainda eram bacharéis em Engenharia e Direito.

QUADRO 2 – CURRÍCULO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS EM 1946

<p>Série 1</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Complementos de Matemática ⇒ Economia Política ⇒ Contabilidade Geral ⇒ Instituições de Direito Público ⇒ Valor e Formação de Preço I <p>Série 2</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Estrutura das Organizações Econômicas ⇒ Valor e Formação de Preço II ⇒ Moeda e Crédito ⇒ Geografia Econômica ⇒ Estrutura e Análise de Balanços ⇒ Instituições de Direito Privado 	<p>Série 3</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Repartição da Renda Nacional ⇒ Comércio Internacional e Câmbios ⇒ Estatística Metodológica ⇒ História Econômica ⇒ Ciência da Administração ⇒ Ciência das Finanças <p>Série 4</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Evolução da Conjuntura Econômica ⇒ Política Financeira ⇒ História das Doutrinas Econômicas ⇒ Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos ⇒ Estatística Econômica ⇒ Princípios de Sociologia Aplicados à Economia
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945

Em 1947, a Universidade de Porto Alegre teve seu nome modificado para Universidade do Rio Grande do Sul. Três anos após foi federalizada (lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950), passando a ser denominada Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir daquele ano, a Faculdade de Economia e Administração teve seu nome alterado para Faculdade de Ciências Econômicas.

A regulamentação da profissão de economista em 1951 (lei nº 1.411, de 13 de agosto, regulamentada pelo decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952) permitiu ao economista exercer a profissão em campos definidos, tanto no âmbito privado quanto público, em atividades como estudos, pesquisas, análises, perícias, arbitragens, planejamento, implantações, supervisão dos trabalhos da natureza da profissão. Essa lei também cria o Conselho Federal de Economistas Profissionais (CFEP) e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais (CREP), atualmente denominados, a partir da lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, respectivamente, Conselho Federal de Economia (COFECON) e Conselhos Regionais de Economia (CORECON).

A primeira década após a segunda Grande Guerra foi um período de transformações que contribuiu para exigir mais da profissão de economista e para o aprimoramento do ensino dessa ciência no país. De um lado, ocorreu maior divulgação das teorias econômicas, especialmente a teoria keynesiana – que se torna influente por décadas –, e a preocupação com o desenvolvimento e a industrialização, não somente do Brasil, mas de toda a América Latina. Por outro lado, a criação de instituições como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948, a Superintendência da Moeda e do Crédito, em 1945, a Fundação Getúlio Vargas, em 1949, e seu Instituto



Brasileiro de Economia (IBRE), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, e institutos de economia aplicada, como o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), o Instituto de Pesquisa Aplicada do Ministério do Planejamento e Orçamento (IPEA), o Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS (CEPE), em 1953, entre outros, foram formadores do saber econômico e pressionam para que o currículo do curso de Ciências Econômicas, de 1946, incorpore conhecimentos mais adequados à nova realidade.

Assim, o novo currículo é regulado pelo Parecer nº 397/62 do Conselho Federal de Educação (CFE), motivando uma segunda rodada de alterações curriculares do curso de Ciências Econômicas, de certa profundidade. O curso era dividido em dois ciclos: um *básico* e outro de *formação profissional*. O ciclo básico contemplava disciplinas de:

- ⌘ Introdução à Economia
- ⌘ Matemática
- ⌘ Contabilidade
- ⌘ Estatística
- ⌘ Historia Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil
- ⌘ Geografia Econômica
- ⌘ Instituições de Direito
- ⌘ Introdução à Administração
- ⌘ Sociologia

Já o ciclo de formação profissional era formado pelas disciplinas de:

- ⌘ Análise Macroeconômica
- ⌘ Contabilidade Nacional
- ⌘ Economia Internacional
- ⌘ Moedas e Bancos
- ⌘ História do Pensamento Econômico
- ⌘ Análise Microeconômica
- ⌘ Finanças Públicas
- ⌘ Política e Programação Econômica

O novo currículo no ensino de Economia teve o mérito de marcar, com nitidez, a separação entre os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, bem como incorporar maior número de disciplinas de Economia.

O currículo mínimo, assim concebido, tinha duração de quatro anos e perdurou até o advento da reforma de 1984. Naquele ano ocorreu um grande salto qualitativo no currículo do curso de Ciências Econômicas, através do Parecer 375/84 do Conselho Federal de Educação, que deu origem à Resolução nº 11/84, também do CFE, de 26 de junho de 1984. Caracteriza-se como a terceira e a mais profunda das mudanças curriculares do curso.

Essa resolução configurou a estrutura dos cursos de Ciências Econômicas para todo o país, assentando-se na nova realidade do mundo econômico e das conquistas teóricas das Ciências Econômicas, e adotando como princípios, entre outros: o compromisso com a realidade brasileira; sólida formação teórica, histórica e instrumental; pluralismo metodológico, de forma a evitar que o curso seja colocado a serviço de uma escola de pensamento exclusiva; e senso ético norteador da responsabilidade social que o profissional deve revestir-se.

O curso de Ciências Econômicas da UFRGS adaptou-se às novas normas em 1986. O currículo foi reformulado algumas vezes desde então, mantendo-se dentro do previsto pela Resolução nº 11/84.

O currículo atual consta do Quadro 3. Os comentários seguintes auxiliam a interpretar seus principais pontos.

- ⌘ A seriação aconselhada é de quatro anos (oito semestres ou etapas).
- ⌘ Para obter a colação de grau, o aluno deverá cursar 41 disciplinas obrigatórias e 7 disciplinas eletivas (de livre escolha), totalizando 48 disciplinas de quatro créditos (2.880 horas-aula).
- ⌘ O ensino obedece ao modelo interdisciplinar. As disciplinas obrigatórias do curso são oferecidas pelos seguintes Departamentos da Universidade (entre parênteses, o número de disciplinas oferecidas): Ciências Econômicas (26), Matemática (4), Estatística (4), Ciências Sociais (2), Contabilidade (2), Direito (1), Administração (1) e Ciências Políticas (1). As disciplinas eletivas são oferecidas pelos seguintes Departamentos: Ciências Econômicas (21), Administração (5), Direito (5), Ciências Sociais (2), Contabilidade (1) e Informática (1).

- ⌘ O currículo oferece ao aluno a possibilidade de organizar a escolha das disciplinas eletivas em áreas de especialização, visando à sua preparação para o mercado de trabalho ou ao seu interesse acadêmico. O curso dispõe de 35 disciplinas eletivas para que o aluno escolha 7 – e no mínimo 4 destas devem ser disciplinas da área de Economia.

O novo currículo alcança uma boa formação técnico-científica, bem como se preocupa com a formação política e ética. O conhecimento das teorias econômicas está distribuído, no currículo, nas disciplinas de: Teoria Microeconômica, Teoria Macroeconômica, Economia Internacional, Economia Monetária (duas disciplinas cada) e Economia Política. Os conteúdos especializados de Economia estão em disciplinas de: Economia Agrícola, Economia Industrial, Elaboração e Análise de Projeto, Economia do Setor Público, Política e Planejamento Econômico, Desenvolvimento Socioeconômico, Contabilidade Social. Há, ainda, disciplinas instrumentais, como: Matemática (quatro disciplinas), Estatística (duas disciplinas) e Contabilidade (duas disciplinas). O currículo incorpora também o conhecimento e a inter-relação das Ciências Humanas e Sociais: Antropologia, História e Sociologia.

O currículo introduz, pela primeira vez no ensino de Economia, a disciplina de Monografia (Trabalho de Diplomação). Neste contexto de um currí-



Diplomados do curso de Economia – turma de 1975. Na primeira fila, professores homenageados, a partir da direita: Ary Burger, Jorge Guimarães de Oliveira, Edgar Irio Simm, Nagipe Buaes, Yeda Crusius, Hélio Portugal Silva e José Bonetti Pinto.

culo com forte formação teórica, o Trabalho de Diplomação tem o objetivo de integrar os conhecimentos dessa formação teórica, desempenhando, assim, papel importante na formação do economista.

O atual currículo do curso de Ciências Econômicas configura-se como um currículo pluralista, equilibrando as áreas teórica, quantitativa e humanística. Ele permite que o bacharel em Ciências Econômicas seja capacitado a compreender as questões relevantes da Ciência Econômica, bem como questões econômicas, sociais e políticas brasileiras e mundiais.

No limiar do início de seu segundo centenário, a Faculdade prepara mais uma mudança importante no currículo do curso de graduação em Ciências Econômicas, visando acompanhar as transformações econômicas do século XXI e adaptar-se à nova legislação em vigor, especialmente a Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Economia, de 13 de julho de 2007, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Econômicas.

Essa resolução definiu os conteúdos que devem constar da organização curricular dos cursos de Ciências Econômicas em todo o país. O espírito da nova resolução foi o de aumentar a flexibilização dos cursos de Economia, definindo um currículo que assegure uma sólida formação geral, formação teórico-quantitativa e teórico-prática e visão histórica. Foi estabelecida uma carga horária mínima de 3.000 horas e foram definidos quatro campos interligados de formação, devendo ser assegurado um percentual mínimo de carga horária para cada campo (Art. 5º da Resolução), incluindo conteúdos de formação geral, conteúdos de formação teórico-quantitativa, conteúdos de formação histórica e o trabalho de conclusão.

Pelo menos metade da carga horária do curso deve contemplar as disciplinas obrigatórias de formação do economista e o restante garante liberdade às instituições de ensino superior para organizar o currículo de acordo com seu projeto pedagógico. Além do aumento da carga horária de escolha dos cursos para 50% (as diretrizes anteriores previam 40%), foi incluída a possibilidade de considerar atividades complementares extraclasse na carga horária do curso. A inclusão dessas atividades no currículo é também uma exigência da UFRGS e tem como objetivo o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante em estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância.

Em atendimento à resolução, o curso de Ciências Econômicas da UFRGS está em processo de mudança em sua estrutura curricular. Aproveitando-se a possibilidade de flexibilização, a quantidade de disciplinas obrigatórias foi reduzida, aumentando-se, conseqüentemente, o número de disciplinas de escolha do aluno. As mudanças estão sendo feitas dentro do espírito de busca pela excelência e de manutenção do caráter pluralista e generalista da formação do aluno, conforme indicado pelo projeto pedagógico. Além disso, as mudanças contemplam a evolução do ensino de Economia, levando em conta a estrutura dos cursos de Economia das principais universidades do mundo.

Além da redução do número de disciplinas obrigatórias e da inclusão das atividades complementares, a alteração curricular procurou definir três ênfas

QUADRO 3 – CURRÍCULO ATUAL DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

<p>Disciplinas obrigatórias</p> <p>Etapa 1</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Cálculo Diferencial e Integral I ⇒ História Econômica Geral ⇒ Introdução à Administração ⇒ Introdução à Contabilidade ⇒ Introdução à Economia ⇒ Introdução às Ciências Sociais <p>Etapa 2</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Cálculo Diferencial e Integral II ⇒ Contabilidade Social ⇒ Estrutura e Interpretação de Balanços ⇒ Formação Econômica do Brasil ⇒ Introdução à Ciência Política ⇒ Metodologia da Ciência <p>Etapa 3</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Álgebra Linear I ⇒ Estatística Geral I ⇒ História do Pensamento Econômico I ⇒ Instituições de Direito ⇒ Matemática Financeira ⇒ Teoria Microeconômica I <p>Etapa 4</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Economia Agrícola ⇒ Economia Política ⇒ Estatística Geral II ⇒ História do Pensamento Econômico II ⇒ Teoria Macroeconômica I ⇒ Teoria Microeconômica II <p>Etapa 5</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Economia Industrial ⇒ Economia Monetária I ⇒ Elaboração e Análise de Projetos ⇒ Estatística Econômica ⇒ Teoria Macroeconômica II <p>Etapa 6</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Desenvolvimento Socioeconômico ⇒ Econometria ⇒ Economia do Setor Público ⇒ Economia Internacional ⇒ Economia Monetária II <p>Etapa 7</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Economia Brasileira Contemporânea I ⇒ Economia Internacional II ⇒ Economia Matemática ⇒ Política e Planejamento Econômico ⇒ Técnica de Pesquisa e Projeto do Trabalho de Diplomação <p>Etapa 8</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Economia Brasileira Contemporânea II ⇒ Trabalho de Diplomação 	<p>Disciplinas eletivas</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Administração de Carteira de Investimentos ⇒ Administração Financeira ⇒ Agricultura e Desenvolvimento ⇒ Análise da Conjuntura ⇒ Avaliação e Prática de Projetos ⇒ Direito Comercial ⇒ Direito Societário ⇒ Econometria Aplicada ⇒ Economia da Informação ⇒ Economia da Pobreza ⇒ Economia da Regulação ⇒ Economia da Tecnologia ⇒ Economia de Empresas ⇒ Economia do Rio Grande do Sul ⇒ Economia do Trabalho e Demografia Econômica ⇒ Economia dos Recursos Humanos ⇒ Economia do Meio Ambiente ⇒ Economia Regional ⇒ Economia Solidária ⇒ Economia Urbana ⇒ Estado e Economia ⇒ Filosofia da Ciência ⇒ História Econômica Contemporânea ⇒ História Econômica da América Latina ⇒ Instituições de Direito Público e Legislação Tributária ⇒ Introdução à Informática ⇒ Introdução ao Direito do Trabalho ⇒ Mercado de Capitais ⇒ Metodologia Básica de Custos ⇒ Orçamento Público ⇒ Organização da Produção ⇒ Pesquisa Operacional ⇒ Sociologia do Desenvolvimento ⇒ Teoria do Capital e Distribuição ⇒ Teoria dos Jogos ⇒ Teorias Organizacionais II ⇒ Tópicos Avançados em Economia Política ⇒ Tópicos Especiais de Macroeconomia ⇒ Tópicos Especiais em Econometria ⇒ Tópicos Especiais em Economia ⇒ Tópicos Especiais em Economia do Setor Público ⇒ Tópicos Especiais em Economia Matemática ⇒ Tópicos Especiais em História do Pensamento Econômico ⇒ Tópicos Especiais em Microeconomia <p>Disciplinas adicionais</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Inglês Instrumental I ⇒ Inglês Instrumental II ⇒ Lógica ⇒ Produção de Textos
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Prograd/UFRGS

Nota: Etapa = semestre. Disciplinas obrigatórias: mínimo 2.460 horas-aula; disciplinas eletivas/complementares: mínimo 420 horas-aula.

ses na formação dos alunos, a partir de grupos de disciplinas eletivas. O aluno poderá optar por uma formação com ênfase em Empresas e Finanças, com disciplinas eletivas voltadas para a preparação para o mercado de trabalho no setor privado e no setor financeiro; uma ênfase em Políticas Públicas, com disciplinas que permitem uma formação voltada para as atividades do setor público, especialmente ligadas ao desenvolvimento, planejamento e regulação; e uma ênfase em Teoria Econômica, com disciplinas que aprofundam os conteúdos teóricos da Ciência Econômica, para alunos que têm interesse em uma formação voltada para as atividades de natureza acadêmica.

Referências

FONSECA, Pedro C. D.; CARRION, Otilia B. K. O ensino de economia na UFRGS. *Análise*, Porto Alegre, PUCRS, v. 17, n. 2, p. 284-296, jul./dez. 2006.

NERY, Francisco. *Contextualização histórica do ensino de Economia e as mudanças curriculares ocorridas no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

VEIGA-NETO, A. Currículo e conflitos. In: MORAES, Vera Regina Pires. *Melhoria do ensino e capacitação docente*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996. p. 23-29.